A expropriação destina-se à construção da obra do pavilhão gimnodesportivo.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos nas informações técnicas n.º 158/DSJ, de 6 de Dezembro de 2004, e 15/DSJ, de 1 de Fevereiro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.029.04, daquela Direcção-Geral.

14 de Fevereiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Anabela Santos*.

Legenda

A Localização do Predio = Logoa
 Artigo municipal n.º 504 da freguesia de Moimenta do Baixo
 Titular do Predio = António da Silva, Maria Suzel Rebelo da Silva Teixeira, Sílvia Rebelo da Silva Duarte
 Limite do predio
 Área do predio registado = 0,7300 ha
 Área do predio assente no levantamento topográfico = 0,9422 m²
 Área de terreno a expropriar = 0,4630 ha
 Limite do terreno a expropriar

B Localização do Predio = Logoa
 Artigo municipal n.º 505 da freguesia de Moimenta do Baixo
 Titular do Predio = Helder de Vaz, Fernando e Maria Beatriz Costa
 Limite do predio
 Área do predio registado = 0,4500 ha
 Área do predio assente no levantamento topográfico = 0,6830 m²
 Área de terreno a expropriar = 0,2700 ha
 Limite do terreno a expropriar

REQUERENTE:
 Câmara Municipal de Moimenta do Baixo

PROJECTO:
 Complexo Desportivo

DESENHO:
 Planta Cadastral Expropriação

ESCALA: 1/22.000

DATA: Fev. 04

REVISÃO N.º: 02

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 2151/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Fevereiro de 2005 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional:

Isabel Maria Gomes Gonçalves Henriques, técnica profissional principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração.

14 de Fevereiro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 4597/2005 (2.ª série). — O Regulamento (CEE) n.º 2081/92, do Conselho, de 14 de Julho, instituiu o quadro jurídico comunitário relativo à protecção das indicações geográficas e das denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios,

tendo o Despacho Normativo n.º 47/97, de 11 de Agosto, estabelecido as regras nacionais de execução do referido regulamento.

No entanto, o Regulamento (CE) n.º 535/97, do Conselho, de 17 de Março, veio permitir a concessão de protecção nacional transitória para as denominações de origem e para as indicações geográficas a partir da data de recepção formal dos pedidos de registo pela Comissão Europeia, tornando ainda explícito que tal protecção, de carácter estritamente nacional, cessa a partir da data em que for tomada uma decisão comunitária e que, em caso de decisão negativa, as consequências são da exclusiva responsabilidade do Estado membro.

Deste modo, atendendo a que já foi formalmente solicitado à Comissão Europeia o pedido de registo de «Alentejo» como denominação de origem e de «Santana da Serra» e de «Campo Maior e Elvas» como indicações geográficas para presunto e para paleta e que o agrupamento de produtores requerente solicitou protecção nacional transitória, importa proceder ao seu reconhecimento, independentemente das consequências em caso de decisão comunitária negativa.

Assim, de acordo com o disposto no n.º 3 do anexo I do citado Despacho Normativo n.º 47/97, determino o seguinte:

1 — Na pendência do processo de registo comunitário, reconheço «Alentejo» como denominação de origem para presunto e para paleta e «Santana da Serra» e «Campo Maior e Elvas» como indicações geográficas para presunto e para paleta.

2 — O uso da denominação de origem e das indicações geográficas acima referidas fica reservado aos produtos que obedecem às características fixadas nos respectivos anexos do presente despacho e às restantes disposições constantes dos respectivos cadernos de especificações depositados no Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa).

3 — O agrupamento Associação de Criadores de Porco Alentejano, que requereu o reconhecimento da denominação de origem e das indicações geográficas nos termos do n.º 1 do anexo I do citado Despacho Normativo n.º 47/97, deve solicitar os respectivos registos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, em nome do IDRHa e no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente despacho, nos termos do Código da Propriedade Industrial, mas tendo em atenção o disposto no Regulamento n.º 535/97.

4 — Só podem beneficiar do uso da denominação de origem e de cada uma das indicações geográficas referidas no n.º 1 os produtores que:

- Sejam, para o efeito, expressamente autorizados pela Associação de Criadores de Porco Alentejano;
- Se comprometam a respeitar todas as disposições constantes dos respectivos cadernos de especificações;
- Se submetam ao controlo a realizar pelo organismo privado de controlo e certificação reconhecido nos termos do anexo IV do citado Despacho Normativo n.º 47/97.

5 — Até à realização do registo comunitário da denominação de origem e das indicações geográficas em causa, da rotulagem de cada um dos produtos que cumpram o disposto na parte aplicável do presente despacho pode constar a menção «Denominação de origem» e «Indicação geográfica», bem como os respectivos logótipos propostos pelo agrupamento.

6 — Com a entrada em vigor do presente despacho e até à decisão comunitária sobre os pedidos de registo, as denominações referidas no n.º 1 gozam, a nível nacional, da protecção prevista no n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 2081/92, do Conselho, de 14 de Julho, designadamente contra a sua utilização comercial abusiva ou qualquer outra prática susceptível de induzir o público em erro quanto à verdadeira proveniência, origem, natureza ou qualidade dos produtos.

7 — A Associação de Criadores de Porco Alentejano deve apresentar, junto do IDRHa, até 31 de Março de cada ano, um relatório de actividades relativo à gestão das denominações em causa, discriminando, em particular, os produtores que utilizam as denominações, as quantidades beneficiadas e as sanções aplicadas e seus motivos.

8 — O presente despacho produz efeitos desde 24 de Novembro de 2004, data do pedido formal de protecção junto da Comissão Europeia.

11 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *David Ribeiro de Sousa Gonalves*.

ANEXO I

«Presunto do Alentejo» e «Paleta do Alentejo»

A1A — Principais características

1 — *Definição.* — Presuntos e paletas obtidos, respectivamente, a partir de pernis e pás provenientes de porcos de raça alentejana (exceptuando reprodutores), com regras particulares de maneio, abatidos